

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.255.333.123
Preferenciais	0
Total	1.255.333.123
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.591.706	2.535.971
1.01	Ativo Circulante	585.742	523.136
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	332.793	277.947
1.01.03	Contas a Receber	23.960	24.141
1.01.03.01	Clientes	23.960	24.141
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.163	3.416
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.163	3.416
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	224.826	217.632
1.01.08.03	Outros	224.826	217.632
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	17.657	12.688
1.01.08.03.04	Ativo de Contrato de Concessão	195.780	193.779
1.01.08.03.05	Sobressalentes	11.389	11.165
1.02	Ativo Não Circulante	2.005.964	2.012.835
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.005.868	2.012.729
1.02.01.04	Contas a Receber	326	241
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.005.542	2.012.488
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	14.618	14.362
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	57	58
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato de Concessão	1.990.867	1.998.068
1.02.03	Imobilizado	3	0
1.02.04	Intangível	93	106
1.02.04.01	Intangíveis	93	106
1.02.04.01.02	Intangíveis	93	106

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.591.706	2.535.971
2.01	Passivo Circulante	117.367	83.326
2.01.02	Fornecedores	10.926	7.624
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.926	7.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.102	6.046
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.102	6.046
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	2.497	2.633
2.01.03.01.03	Encargos Setoriais	1.605	3.413
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86.601	54.071
2.01.04.02	Debêntures	86.601	54.071
2.01.05	Outras Obrigações	12.421	12.267
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.542	3.647
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.542	3.647
2.01.05.02	Outros	8.879	8.620
2.01.05.02.04	PIS e COFINS Diferidos	4.075	3.816
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	4.804	4.804
2.01.06	Provisões	3.317	3.318
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.317	3.318
2.01.06.01.05	Provisões	3.317	3.318
2.02	Passivo Não Circulante	1.306.107	1.301.422
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	958.075	957.872
2.02.01.02	Debêntures	958.075	957.872
2.02.02	Outras Obrigações	103	0
2.02.02.02	Outros	103	0
2.02.03	Tributos Diferidos	335.037	330.455
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	335.037	330.455
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	187.952	189.007
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	147.085	141.448
2.02.04	Provisões	12.892	13.095
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.892	13.095
2.02.04.01.05	Provisões	12.892	13.095
2.03	Patrimônio Líquido	1.168.232	1.151.223
2.03.01	Capital Social Realizado	1.115.333	1.115.333
2.03.04	Reservas de Lucros	35.890	35.890
2.03.04.01	Reserva Legal	15.917	15.917
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.413	14.413
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	5.560	5.560
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.009	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.019	57.736
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.951	-4.152
3.03	Resultado Bruto	46.068	53.584
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.002	446
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.270	-3.445
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.272	3.891
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.070	54.030
3.06	Resultado Financeiro	-24.015	-18.626
3.06.01	Receitas Financeiras	9.452	3.049
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.467	-21.675
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.055	35.404
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.046	-10.910
3.08.01	Corrente	-409	-407
3.08.02	Diferido	-5.637	-10.503
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.009	24.494
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.009	24.494
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,014	0,02

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	17.009	24.494
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.009	24.494

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	54.850	47.333
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.983	11.599
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	23.055	35.404
6.01.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-44.363	-45.407
6.01.01.03	Juros Sobre Debêntures	32.530	21.275
6.01.01.04	Juros Sobre Depósitos Vinculados	0	-363
6.01.01.05	Provisão e Atualização de Contingências	-163	167
6.01.01.06	PIS e COFINS Diferidos	-797	186
6.01.01.07	Amortização dos Custos de Transação	203	192
6.01.01.08	Amortizações	13	13
6.01.01.09	Provisões (Reversões) de crédito para liquidação duvidosa	-1	255
6.01.01.10	Provisão para parcela de indisponibilidade	506	-123
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	44.130	35.953
6.01.02.01	Clientes	-410	-738
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-105	-1.313
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-1.002	-767
6.01.02.04	Ativo Contrato de Concessão	49.563	40.267
6.01.02.05	Fornecedores	3.302	-1.310
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-282	628
6.01.02.07	Provisões	-40	-557
6.01.02.08	Encargos Setoriais	-1.808	169
6.01.02.09	Outros Ativos e Passivos	-4.864	131
6.01.02.11	Sobressalente	-224	-557
6.01.03	Outros	-263	-219
6.01.03.03	Depósitos Judiciais	0	1
6.01.03.04	Contribuição social paga	-263	-220
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3	1
6.02.01	Aquisição (Baixa) de Intangível	-3	1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	124
6.03.01	Aumento/Redução de Depósitos Vinculados	0	124
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.847	47.458
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	277.947	73.888
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	332.794	121.346

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.115.333	0	35.890	0	0	1.151.223
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.115.333	0	35.890	0	0	1.151.223
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.009	0	17.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.009	0	17.009
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.115.333	0	35.890	17.009	0	1.168.232

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.115.333	0	249.513	0	0	1.364.846
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.115.333	0	249.513	0	0	1.364.846
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.494	0	24.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.494	0	24.494
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.115.333	0	249.513	24.494	0	1.389.340

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	61.800	69.903
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.800	69.903
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.511	-4.277
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.511	-4.277
7.03	Valor Adicionado Bruto	58.289	65.626
7.04	Retenções	-13	-13
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13	-13
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	58.276	65.613
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.452	3.049
7.06.02	Receitas Financeiras	9.452	3.049
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.728	68.662
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	67.728	68.662
7.08.01	Pessoal	3.136	3.121
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.136	3.121
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.116	19.372
7.08.02.01	Federais	14.116	19.372
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.467	21.675
7.08.03.01	Juros	33.467	21.675
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.009	24.494
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.009	24.494

Destaque



Desempenho operacional de 99,96%,
manutenção da excelência operacional



Margem EBITDA de 94,1% com
aumento de 0,5 p.p frente ao mesmo
período de 2024

Indicadores financeiros - IFRS			
(em milhares de reais)	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Variação
Receita operacional líquida	50.019	57.736	(13,4%)
Custos e despesas operacionais	(7.221)	(7.597)	(4,9%)
EBITDA – CVM nº 527 (*)	47.083	54.043	(12,9%)
EBITDA Ajustado (**)	47.031	54.411	(13,6%)
Margem EBITDA	94,1%	93,6%	0,5 p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	94,0%	94,2%	(0,2) p.p
Resultado Financeiro	(24.015)	(18.626)	28,9%
Lucro líquido	17.009	24.494	(30,6%)
Dívida Bruta	1.052.447	665.792	58,1%
Caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados	332.793	130.143	155,7%
Dívida Líquida (***)	719.654	535.649	34,4%
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	5,7	2,7	114,0%
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	3,8	2,6	43,1%

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia.

(***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Sobre a Manaus Transmissora de Energia S.A.

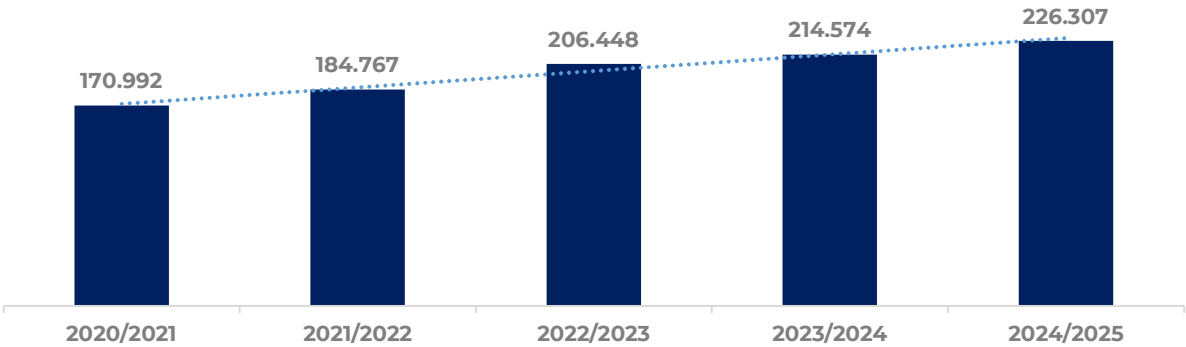
A Manaus Transmissora de Energia S.A. (“MTE”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Silves CD, SE Silves 500/138 KV e SE Lechuga 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém 100% do capital social da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida (RAP)

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 24-25 (R\$ milhões)	Receitas de Fibra Ótica	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
MTE	333 Km	LT Oriximiná (PA) - Itacoatiara (AM)	226.307	17.274	16/10/2008	14/03/2013	15/10/2038
	224 Km	LT Itacoatiara (AM) - Lechuga (AM)					

Evolução RAP nos últimos ciclos

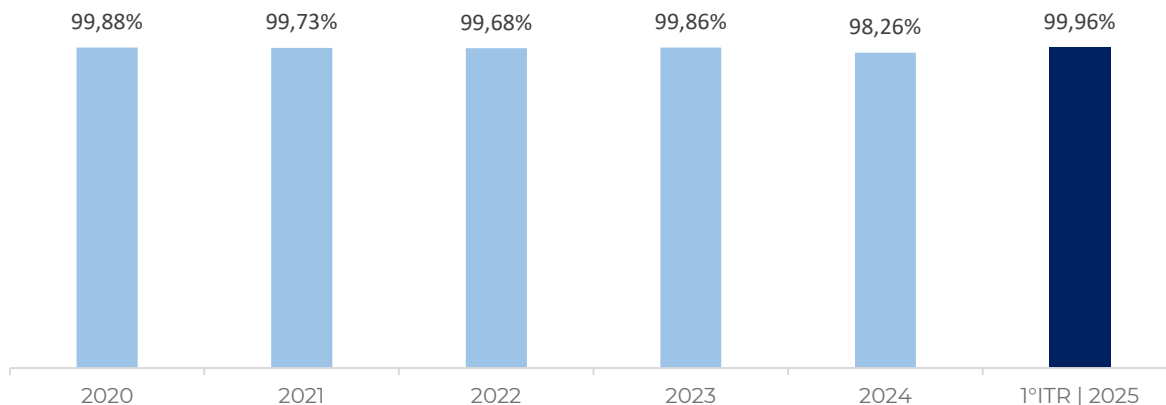


Comentário do Desempenho

Manaus

Desempenho operacional

Índice de disponibilidade

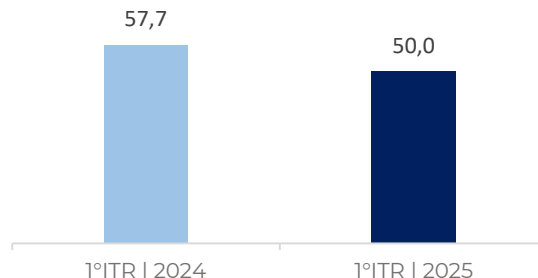


A Manaus Transmissora demonstra sólida competência técnica e elevada capacidade de manter a disponibilidade de seus ativos, refletindo sua eficiência operacional. No 1º trimestre de 2025, a companhia registrou uma disponibilidade de 99,96%. Todas as FTs da concessão apresentaram índices superiores às médias do SIN e aos limites estabelecidos pela ANEEL.

Desempenho econômico-financeiro - IFRS

Receita Operacional líquida

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o primeiro trimestre de 2025 com o total de **R\$ 50,0 milhões**, redução de **R\$ 7,7 milhões** em relação aos **R\$ 57,7 milhões** registrados no em 2024. Essa redução refere-se basicamente à contração do índice de inflação (IPCA) ajustado na revisão do fluxo do ativo de contrato, por meio da revisão tarifária periódica da Companhia em 16 de julho de 2024.



Custos e Despesas operacionais

Custos e despesas operacionais			
(em milhares de reais)	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Variação
Pessoal	(3.559)	(3.121)	14,0%
Serviços de terceiros	(2.500)	(2.781)	(10,1%)
Seguros	(489)	(463)	5,6%
Provisão para devedores duvidosos	-	(435)	0,0%
Outros custos e despesas	(673)	(797)	(15,6%)
Total	(7.221)	(7.597)	(4,9%)

Com exceção da provisão para devedores duvidosos constituída extraordinariamente em 2024, os custos e despesas operacionais encerraram o primeiro trimestre de 2025 em linha com o total de 2024, sendo o montante acumulado de **R\$ 7,2 milhões** frente ao total de **R\$ 7,6 milhões** no mesmo período de 2024.

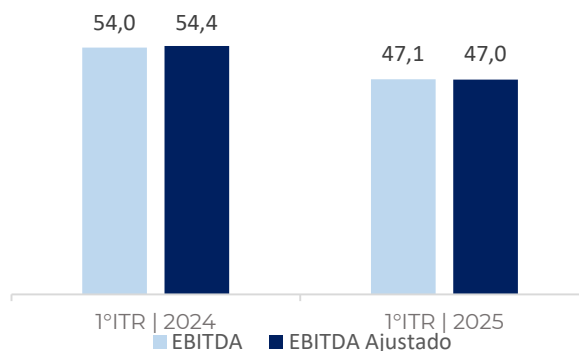
Comentário do Desempenho

Manaus

EBITDA

O **EBITDA** foi de **R\$ 47,1 milhões** no primeiro trimestre de 2025, representando uma **redução de 12,9%** em relação aos **R\$ 54,0 milhões** apurados no mesmo período de 2024, basicamente ao impacto da revisão no fluxo de ativo de contrato supracitado.

O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia.



Resultado Financeiro			
(em milhares de reais)	1º ITR 2025	1º ITR 2024	Variação
Receita de aplicação financeira	8.787	2.401	266,0%
Juros sobre debentures	(32.530)	(21.275)	52,9%
Custo de transação	(203)	(192)	5,7%
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	(69)	440	-
Total	(24.015)	(18.626)	28,9%

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de **R\$ 24,0 milhões**, um aumento de 28,9% em relação ao mesmo período de 2024, ocasionado principalmente pela 3ª emissão de debêntures, aumentando a base de principal da dívida, compensados parcialmente pelo caixa ainda não distribuído da emissão, gerando um incremento de receita sobre aplicação financeira de **R\$6,3 milhões**.

Endividamento

No primeiro trimestre de 2025, a dívida bruta totalizou R\$ 1,0 bilhão e o caixa R\$ 332,8 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 719,7 milhões, um aumento de 34,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou 5,7x (2,7x em 2024). Esse aumento é consequência, principalmente da 3ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1,0 Bilhão, com custo da dívida de CDI+0,82% a.a., e vencimentos em 2031 e 2034, em duas séries distintas. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação da 2ª emissão de Debêntures e distribuição de reservas no montante de R\$183,6 milhões.

Governança corporativa

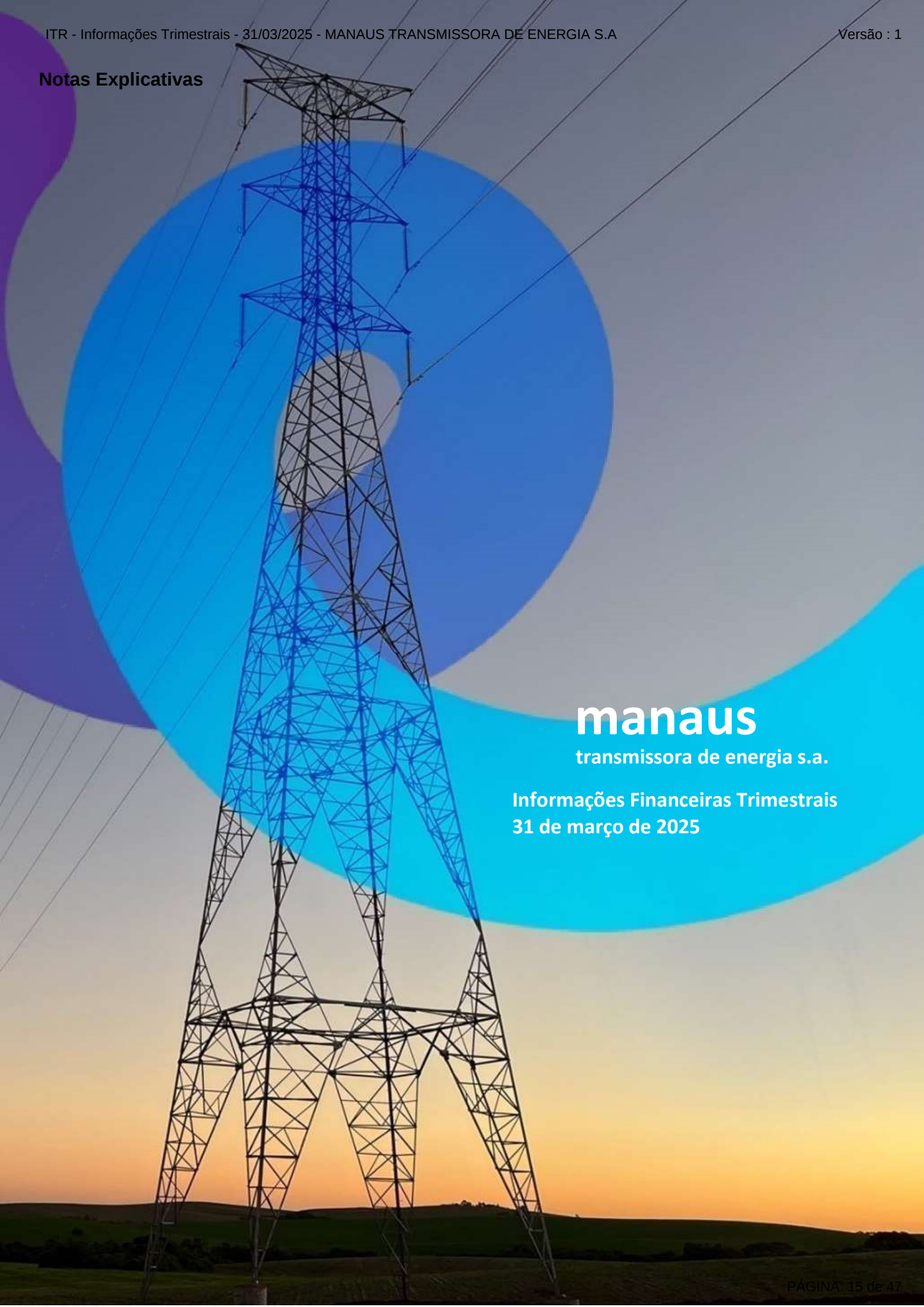
A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Notas Explicativas



manaus

transmissora de energia s.a.

Informações Financeiras Trimestrais
31 de março de 2025



Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações dos valores adicionados	8
1. Contexto operacional	9
2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes	9
3. Caixa e equivalentes de caixa.....	11
4. Contas a receber	11
5. Partes relacionadas.....	11
6. Tributos	12
7. Ativo de contrato de concessão	13
8. Debêntures	15
9. Provisões	18
10. PIS e COFINS diferidos.....	20
11. Imposto de renda e contribuição social	20
12. Patrimônio líquido.....	21
14. Receita líquida.....	22
15. Custos e despesas.....	23
16. Outras receitas operacionais	23
17. Resultado financeiro	23
18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	24
19. Aspectos ambientais.....	27
20. Seguros	28

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Manaus Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Manaus Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem informações financeiras correspondentes ao resultado, resultados abrangentes, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtido das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de maio de 2024 e 20 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº PR 050422/O-3

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	332.793	277.947
Contas a receber	4	23.960	24.141
Tributos a recuperar	6	4.163	3.416
Ativo de contrato de concessão	7	195.780	193.779
Sobressalentes		11.389	11.165
Outros ativos		17.657	12.688
		585.742	523.136
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a Receber	4	326	241
Depósitos judiciais		57	58
Tributos a recuperar	6	14.618	14.362
Ativo de contrato de concessão	7	1.990.867	1.998.068
Imobilizado		3	-
Intangível		93	106
		2.005.964	2.012.835
Total do ativo		2.591.706	2.535.971
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		10.926	7.624
Debêntures	8	86.601	54.071
Tributos a recolher	6	2.497	2.633
Dividendos a pagar	13.3	4.804	4.804
Partes relacionadas	5	3.542	3.647
Provisões	9	3.317	3.318
Encargos setoriais		1.605	3.413
PIS e COFINS diferidos	10	4.075	3.816
		117.367	83.326
Não circulante			
Debêntures	8	958.075	957.872
Provisões	9	12.892	13.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	147.085	141.448
PIS e COFINS diferidos	10	187.952	189.007
Outros passivos		103	-
		1.306.107	1.301.422
Patrimônio líquido			
Capital social	12	1.115.333	1.115.333
Reserva legal		15.917	15.917
Reserva de incentivos fiscais		5.560	5.560
Reserva de lucros		14.413	14.413
Lucro líquido do período		17.009	-
		1.168.232	1.151.223
Total do passivo e patrimônio líquido		2.591.706	2.535.971

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida	13	50.019	57.736
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		44.363	45.407
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		5.656	12.329
Custos de serviços prestados	14	(3.951)	(4.152)
Lucro bruto		46.068	53.584
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(3.270)	(3.445)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	4.272	3.891
		1.002	446
Lucro operacional antes do resultado financeiro		47.070	54.030
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	9.452	3.049
Despesas financeiras	16	(33.467)	(21.675)
		(24.015)	(18.626)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		23.055	35.404
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(409)	(407)
Diferidos	11	(5.637)	(10.503)
		(6.046)	(10.910)
Lucro líquido do período		17.009	24.494
Resultado básico e diluído por ação		0,014	0,020

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.



Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	17.009	24.494
Outros componetes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do período	17.009	24.494

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de lucros					Lucro acumulado	Total Patrimônio líquido
	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2023	1.115.333	-	14.906	229.047	5.560	-	1.364.846
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	24.494	24.494
Em 31 de março de 2024	1.115.333	-	14.906	229.047	5.560	24.494	1.389.340

	Reserva de lucros					Lucro acumulado	Total Patrimônio líquido
	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2024	1.115.333	14.413	15.917	-	5.560	-	1.151.223
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	17.009	17.009
Em 31 de março de 2025	1.115.333	14.413	15.917	-	5.560	17.009	1.168.232

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2025 de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		23.055	35.404
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	7	(44.363)	(45.407)
Juros sobre debêntures	8	32.530	21.275
Amortização dos custos de transação	8	203	192
Rendimento sobre depósitos vinculados		-	(363)
Depreciação e amortização		13	13
Provisão e atualização de contingências		(163)	167
Provisão de crédito para liquidação duvidosa		(1)	255
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		506	(123)
Pis e Cofins diferidos		(797)	186
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(410)	(738)
Partes relacionadas		(105)	(1.313)
Tributos a recuperar		(1.002)	(767)
Ativo de contrato de concessão	7	49.563	40.267
Sobressalentes		(224)	(557)
Fornecedores		3.302	(1.310)
Tributos a recolher		(282)	628
Provisões	9	(40)	(557)
Encargos setoriais		(1.808)	169
Outros ativos e passivos		(4.864)	131
Caixa gerado nas operações		55.113	47.552
Contribuição social pagos		(263)	(220)
Depósitos judiciais		-	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		54.850	47.333
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição/Baixa de imobilizado e intangível		(3)	1
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(3)	1
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de depósitos vinculados		-	124
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	124
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		54.847	47.458
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		277.947	73.888
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		332.794	121.346
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		54.847	47.458

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Demonstrações dos valores adicionados para os períodos findos em 31 de março de 2025 de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		61.800	69.903
Remuneração do ativo de contrato de concessão	13	44.363	45.407
Receita de operação e manutenção	13	6.667	5.416
Outras receitas		10.770	19.080
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.511)	(4.277)
Serviços de terceiros		(2.500)	(2.781)
Materiais, energia e outros		(1.011)	(1.496)
Valor adicionado bruto		58.289	65.626
Depreciação e amortização		(13)	(13)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		58.276	65.613
Valor adicionado líquido recebido em transferência		9.452	3.049
Receitas financeiras	16	9.452	3.049
Valor adicionado total a distribuir		67.728	68.662
Pessoal		3.136	3.121
Remuneração Direta		2.084	2.164
Benefícios		143	122
FGTS		909	835
Impostos, taxas e contribuições		14.116	19.372
Federais (Incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		13.978	19.195
Estaduais		10	35
Municipais		128	142
Remuneração de capital de terceiros		33.467	21.675
Encargos da dívida		32.733	21.467
Outros		734	208
Remuneração de capital próprio		17.009	24.494
Resultado do período		17.009	24.494
Valor adicionado total distribuído		67.728	68.662

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Seu único acionista é a Evoltz Participações S.A. ("Evoltz").

A Companhia foi constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14 de março de 2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/SilvesCD, SE Silves 500/138 KV e SE Lechuga 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. As instalações de transmissão da Companhia foram disponibilizadas para operação em 14 de março de 2013.

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.348, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP do ciclo 2024/25 de R\$ 226.307 (R\$ 214.574 para o ciclo 2023/24), com período de vigência de julho de 2024 a junho de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentaçãoDeclaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As informações financeiras intermediárias foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras").

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações financeiras intermediárias para o período findo em 31 de março de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 13 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

2.3. Políticas contábeis materiais

Na elaboração das informações intermediárias, as principais práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, exceto pela adição das novas normas e interpretações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2025. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

2.4. Novas normas e interpretações revisadas e vigentes

(a) Revisadas e vigentes:

- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

(b) Revisadas e não vigentes:

- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas
- IFRS S1 – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade
- IFRS S2 – Divulgação de Informações Climáticas
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Subsidiária sem Responsabilidade Pública: Divulgação
- CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumento Financeiro

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Recursos em conta corrente	381	7.634
Aplicações financeiras (i)	332.412	270.313
	332.793	277.947

(i) Referem-se à certificados de depósitos bancários remuneradas por uma taxa média de 100,19% do CDI (101,56% em 31 de dezembro de 2024), de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

	31/03/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	32.196	31.787
Provisão de PVI (i)	(2.006)	(1.500)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(5.904)	(5.905)
	24.286	24.382
Circulante	23.960	24.141
Não circulante	326	241

(i) Refere-se à provisão da parcela variável e penalidades de redução de receita por indisponibilidade da linha de transmissão.

(ii) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável de algumas destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	23.008	22.399
Vencidos até 360 dias	5.631	5.816
Vencidos mais de 360 dias	3.557	3.572
	32.196	31.787

5. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Passivo		Resultado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
Evoltz Participações S.A (i)	3.542	3.647	(4.360)	(3.520)
Norte Brasil S.A (ii)	-	-	(83)	-
Evoltz VII	-	-	8	-
	3.542	3.647	(4.435)	(3.520)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho N° 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP.

(ii) Refere-se aos gastos de projeto de P&D cooperativos, no qual, a Norte Brasil é preponente, e as demais companhias são cooperadas.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração dos membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar aos membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Salários e honorários	336	296
Encargos Sociais	67	56
	403	352

6. Tributos

a) A recuperar

Circulante

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (i)	4.162	3.415
Outros tributos a recuperar	1	1
	4.163	3.416

Não circulante

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (ii)	9.331	9.177
Outros tributos a recuperar (iii)	5.287	5.185
	14.618	14.362

(i) Referem-se aos créditos tributários decorrentes das retenções na fonte praticadas por clientes e instituições financeiras, que serão convertidas em saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, os quais são atualizados monetariamente e podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal.

(ii) A Administração apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) pedidos de restituição dos créditos tributários decorrentes dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do ano calendário 2015, atualizados monetariamente, e que estão pendentes de deferimento.

(iii) Refere-se ao pagamento a maior ocorrido nos exercícios 2017 e 2018 no âmbito do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), no qual a Companhia apresentou pedido de restituição à RFB. Tendo em vista o aguardo da anuência da RFB, o saldo foi reclassificado para o longo prazo e atualizado monetariamente. Em 01 de abril de 2025 a Companhia obteve através do despacho decisório 1547/2025 o deferimento do montante total requerido, reconhecendo o direito creditório da Companhia para recebimento do valor. A Companhia aguarda restituição da RFB.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) A recolher

	31/03/2025	31/12/2024
ICMS diferencial a recolher	372	337
PIS e COFINS	2.124	2.038
Outros Impostos a recolher	1	258
	2.497	2.633

7. Ativo de contrato de concessão

Saldos apresentados no balanço patrimonial:

	31/03/2025	31/03/2024
Circulante	195.780	193.779
Não circulante	1.990.867	1.998.068
	2.186.647	2.191.847

Abaixo a movimentação do ativo de contrato:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo Inicial	2.191.847	2.253.393
Remuneração do ativo de contrato de concessão	44.363	45.407
Amortização do ativo de contrato de concessão (i)	(49.563)	(40.267)
Saldo Final	2.186.647	2.258.533

(i) Impacto no montante de R\$ 62,2 milhões em julho de 2024 em virtude da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.348 a RAP para o ciclo 2024/2025.

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.



Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

8.1. Composição

Agente financeiro	Modalidade	Taxa anual de juros a.a	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/03/2025			31/12/2024		
						Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Oliveira Trust	3ª emissão - série 1	CDI+0,55%	21/10/2029	R\$	315.000	51.114	280.035	331.149	41.090	280.035	321.125
Oliveira Trust	3ª emissão - série 2	CDI+0,95%	21/10/2034	R\$	685.000	36.298	685.000	721.298	13.792	685.000	698.792
Subtotal debêntures						87.412	965.035	1.052.447	54.882	965.035	1.019.917
Custo de transação						(811)	(6.960)	(7.771)	(811)	(7.163)	(7.974)
Total de debêntures						86.601	958.075	1.044.676	54.071	957.872	1.011.943

Em 21 de Outubro de 2024 a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, no valor total de R\$ 1 bilhão, com remuneração de CDI + 0,55% a.a. e vencimento em 21 de outubro de 2029 para a 1ª série e remuneração de CDI + 0,95% a.a. para a 2ª série com vencimento em 21 de outubro de 2034. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da 2º emissão de debêntures em 8 de novembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo segue movimentação das debêntures:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	1.011.943	638.936
Juros provisionados	32.530	21.276
Amortização e baixa do custo de transação	203	192
Saldo final	1.044.676	660.404

As parcelas de longo prazo das debêntures têm vencimento nos seguintes anos:

	2026	2027	2028	2029	após 2029	Total
Debêntures	49.928	65.048	74.970	90.089	685.000	965.035

8.2. Garantias concedidas

- Penhor de 100% das ações ordinárias nominativas da Companhia.
- Cessão fiduciária de Direitos Creditórios emergentes da Concessão.

8.3. Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os principais covenants da Companhia referentes as debêntures estão descritas abaixo:

- Declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, com valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000;
- Inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que a Emissora esteja sujeita, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, com valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000 para a Emissora, não sanado no prazo de cura específico previsto no respectivo instrumento ou, em caso de não haver prazo de cura específico, em até 5 (cinco) dias corridos contados do inadimplemento;
- Protestos de títulos contra a Companhia cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 30.000, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo legal (1) for validamente comprovado pela Companhia que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (2) o protesto for cancelado; ou (3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo poder judiciário; ou (4) a Companhia tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- Redução de capital da Emissora, exceto se aprovado pela ANEEL e (i) o capital social integralizado representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora após a redução de capital, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas imediatamente subsequentes e tenha cumprido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) conforme Cláusula 6.2 da escritura ; ou (ii) se previamente aprovado pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações da Emissora, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas;

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, inclusive mediante resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Emissora caso (i) a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Emissora não esteja adimplente com o ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); e/ou (ii) a Emissora esteja inadimplente com qualquer das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;
- Alienação de ativos pela Companhia e/ou constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias, inclusive garantias fidejussórias, e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Companhia, não superior a R\$ 20.000; (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; ou (iv) garantias prestadas no âmbito da Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- Não observância pela Companhia, em cada data de apuração a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); Caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,00 (um inteiro), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento ocorrido nos termos desta Cláusula mediante depósito em conta vinculada (“Conta de Complementação do ICSD”), o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD ao Agente Fiduciário, do valor necessário para que o ICSD Modificado, ou seja, considerando em seu cálculo os valores depositados na Conta de Complementação do ICSD, calculado de acordo com a fórmula inserida no Anexo IV da escritura, atinja os resultados mínimos exigidos acima, conforme o caso, sendo certo que este mecanismo não poderá ser utilizado pela Companhia em mais do que: (x) 2 (duas) vezes consecutivas; ou (y) 3 (três) vezes de forma alternada até a Data de Vencimento. A Conta de Complementação do ICSD será a conta corrente vinculada a ser aberta nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e cedida fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do referido instrumento, observado que os recursos retidos na Conta de Complementação do ICSD somente poderão ser liberados caso haja o cumprimento do ICSD mínimo aplicável no período seguinte de apuração, a ser confirmado pelo Agente Fiduciário;

Em 31 de março de 2025 e 31 dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.



Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Provisões

	31/03/2025	31/12/2024
Ambientais	173	173
Sobressalentes	11.307	11.307
Contingências	4.729	4.933
	16.209	16.413
Circulante	3.317	3.318
Não circulante	12.892	13.095

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais projetos destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Sobressalentes

Referem-se à aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições.

Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas regulatória, fundiário, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Sobressalentes	Contingências	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.983	17.648	2.894	22.525
Atualização	92	-	75	167
Pagamentos (i)	(557)	-	-	(557)
Em 31 de março de 2024	1.518	17.648	2.969	22.135
Em 31 de dezembro de 2024	173	11.307	4.933	16.413
Reversões	-	-	(204)	(204)
Atualizações	-	-	42	42
Pagamentos	-	-	(42)	(42)
Em 31 de março de 2025	173	11.307	4.729	16.209

- (i) Referente basicamente a amortização da condicionante à LO N° 1.135 de acordo com cronograma de pagamento a encerrado em 30 de julho de 2024, vide NE 20 – Aspectos Ambientais

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/03/2025	31/12/2024
Fundiários (i)	28.957	28.025
Regulatórios (ii)	27.642	27.184
Tributários (iii)	39.448	40.312
Trabalhistas	79	40
Cíveis	1	1
	96.127	95.562

- (i) Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão.
- (ii) Ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade na linha de transmissão.
- (iii) Refere-se basicamente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 e ao processo referente a retificação da DCTF do ano calendário 2015. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM.

c) Garantias judiciais e fianças

A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 31 de março de 2025, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito tributário e regulatório.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. PIS e COFINS diferidos

	31/03/2025	31/12/2024
PIS Diferido	34.257	34.400
COFINS Diferido	157.770	158.423
	192.027	192.823
Circulante	4.075	3.816
Não circulante	187.952	189.007

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(271.840)	(266.203)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	124.755	124.755
	(147.085)	(141.448)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	23.055	35.404
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(7.839)	(12.037)
Incentivo fiscal	1.131	1.125
Outras adições/(exclusões)	662	2
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(6.046)	(10.910)
Correntes	(409)	(407)
Diferidos	(5.637)	(10.503)
	(6.046)	(10.910)
Alíquota Efetiva	26%	31%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de março de 2025 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IRPJ E CSLL diferidos	2.856	3.405	3.606	5.256	109.632	124.755

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024 o capital social é de R\$ 1.115.333.123, representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas, de propriedade integral da Evoltz Participações S.A.

Foi aprovado em AGE realizada em 24 de fevereiro de 2025, à redução de seu capital social no montante de R\$ 200 milhões. A redução de capital foi deliberada como restituição de valores aos acionistas, sem cancelamento de ações.

12.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

c) Reserva de incentivo fiscal

Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

12.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

12.4. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para os períodos findo em 31 de março de 2025 e 2024 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Número de ações ordinárias em circulação no início dos períodos (milhares)	1.255.333	1.255.333
Número de ações ordinárias em circulação ao término dos períodos (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro líquido do período	17.009	24.494
Número médio ponderado das ações ordinárias dos períodos (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro básico e diluído por ação	0,014	0,020

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Receita líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta		
Remuneração de ativo de contrato de concessão	44.363	45.407
Receita de operação e manutenção	6.667	5.416
Outras receitas IFRS (i)	7.138	15.244
	58.168	66.067
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(5.006)	(5.826)
Encargos do setor	(2.503)	(2.450)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)	(640)	(55)
	(8.149)	(8.331)
Receita líquida	50.019	57.736

(i) Exceto pelo impacto da RTP no fluxo de ativo de contrato de concessão em julho de 2024, a rubrica refere-se basicamente a diferença entre a remuneração do ativo de contrato de concessão projetada e os valores efetivamente recebidos (AVC).

	31/03/2025	31/03/2024
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	6.667	5.416
- Custos (a)	(4.127)	(4.112)
Margem (R\$)	2.540	1.304
Margem percebida (%)	38,1%	24,1%

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo, os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.



Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Custos e despesas

	Custos		Despesas	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	(1.216)	(1.244)	(2.343)	(1.877)
Serviços de terceiros	(1.858)	(2.014)	(642)	(767)
Contingências	176	(40)	(13)	(34)
Impostos e taxas	(106)	(104)	(32)	(82)
Seguros	(463)	(420)	(26)	(43)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	-	-	(435)
Outros despesas	(484)	(330)	(214)	(207)
	<u>(3.951)</u>	<u>(4.152)</u>	<u>(3.270)</u>	<u>(3.445)</u>

(i) Provisão para inadimplência, conforme nota 5.

15. Outras receitas operacionais

Em 31 de março de 2025 o montante de R\$ 4.272 (R\$ 3.891 em 31 de março de 2024) refere-se, majoritariamente, ao contrato de arrendamento operacional de fibra ótica, firmado em 12 de janeiro de 2012, com vigência total de 20 anos, que em 31 de março de 2025 totaliza R\$ 4.144 (R\$ 3.768 em 31 março de 2024).

16. Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.787	2.401
Rendimento de depósitos vinculados	-	363
Atualizações monetárias	362	285
Outras receitas financeiras	303	-
	<u>9.452</u>	<u>3.049</u>
Despesas Financeiras:		
Juros sobre debêntures	(32.530)	(21.275)
Amortização e baixa do custo de transação	(203)	(192)
Outras despesas financeiras	(734)	(208)
	<u>(33.467)</u>	<u>(21.675)</u>
Resultado Financeiro	<u>(24.015)</u>	<u>(18.626)</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

17.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 31 de março de 2025, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Debêntures - CDI

31/03/2025

1.052.447

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Nota 3

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica deles.

- **Contas a receber (concessão do serviço público)** – Nota 4

A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

A RAP de uma Companhia de transmissão é recebida das Companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na nota 9. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de março de 2025, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

	31/03/2025				
	Até 06 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	3.542	-	-	-	3.542
Fornecedores	10.926	-	-	-	10.926
Debêntures	123.342	199.082	756.966	835.335	1.914.725
	137.810	199.082	756.966	835.335	1.929.193

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de debêntures assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Dívida Bruta	1.052.447	1.019.917
Caixa e equivalentes de caixa	(332.793)	(277.947)
Dívida líquida	719.654	741.970
Patrimônio líquido	1.168.232	1.151.223
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,62	0,64

17.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2025 para o CDI é de 15,0%, conforme expectativa de mercado.

	Valor exposto 31/03/2025	Cenário provável I	Cenário provável II	Cenário provável III
Debêntures - CDI	1.052.447	157.867	197.334	236.801

Fonte: Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus, em 14 de abril de 2025).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.4. Instrumentos financeiros por categoria

Nota	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	4	332.793	-	277.947
Contas a receber	5	-	24.286	-
		<u>332.793</u>	<u>24.286</u>	<u>24.382</u>
Passivos financeiros:				
Fornecedores	-	10.926	-	5.854
Debêntures	9	-	1.052.447	-
Partes relacionadas	6	-	3.542	-
		<u>-</u>	<u>1.066.915</u>	<u>654.648</u>

17.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado, ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	31/03/2025	31/12/2024
Recursos em conta corrente	2	381	7.634
Aplicações Financeiras	2	332.412	270.313

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

18. Aspectos ambientais

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Data de emissão	Vencimento
LT Oriximiná-Silves-Lechuga	IBAMA	LO N° 1135/13	19/03/2013	10/04/2028

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
(continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

Seguradora	Ramo	Apólice/Endosso nº	Vigência	Importância segurada
Tokio Marine	Risco operacional	3800	Jan/2025 a Jan/2026	200.000
Chubb	Responsabilidade civil	16.51.0045347.12	Dez/2024 a Dez/2025	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001118	Jul/2024 a Jul/2025	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Manaus Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em

31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem informações financeiras correspondentes ao resultado, resultados abrangentes, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtido das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de maio de 2024 e 20 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480**

Declaramos, na qualidade de Diretores da MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP: 22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.584.854/0001-37 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP: 22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.584.854/0001-37 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores